

## COMO E PORQUÊ SE DETURPOU A HISTÓRIA ESCRITA POR MANOEL BOMFIM

Alessandra Soares Santos  
Universidade Federal de Minas Gerais

A obra **O Brasil**, organizada por Carlos Maul, pretende reunir os pensamentos e os conceitos de Manoel Bomfim sobre o Brasil, “dispersos” em três de suas obras principais: **O Brasil na América** (1929), **O Brasil na História** (1930) e **O Brasil Nação** (1931). Nesta coletânea lançada pela Coleção Brasileira em 1935 e reeditada em 1940, o objetivo foi levar ao público não especializado uma síntese que abarcasse o Brasil da Colônia à República, enfatizando a organização social, a expansão econômica e a vida política brasileira até 1930. Este era o próprio desejo de Bomfim, segundo Maul, que só não o realizou devido à sua longa convalescença. Em nota explicativa da edição, Carlos Maul afirma que a trilogia lançada por Bomfim “*não é para ser lida e compreendida facilmente senão por aqueles que se habituaram à pesquisa e à especulação dos fenômenos humanos*”, mas que, por conter “*um sentimento de brasilidade, de valor educativo, de informação preciosa sobre o Brasil e o brasileiro desde as suas origens*”, precisa ser conhecida e popularizada através de uma edição desse tipo. A antiga vontade de Bomfim foi, portanto, realizada com “*relativa facilidade*”, pois se reuniu o que julgaram ser fundamental nas obras de 1929, 1930 e 1931, sob o título sintético de **O Brasil** (lê-se Nação, na História e na América). Maul enfatiza até a desnecessária utilização das citações, já que a obra pretende ser a representação fiel do pensamento de Bomfim e as aspas só interessariam aos especialistas.

O objetivo deste texto, em um primeiro momento, é justamente “colocar aspas” no conteúdo da coletânea de Maul. O que é cópia integral do livro original e o que é apropriação livre do organizador? Qual o critério utilizado por Maul para selecionar os capítulos? O que não ficou disponível para a leitura do grande público? Em um segundo momento, pretende-se discutir este modelo de publicação à luz do projeto editorial da Coleção Brasileira. Enquanto coleção, ela segue uma função comum a esse tipo de edição: ampliar o mercado editorial, “inventando” um público leitor, ao qual dita como e o quê deve ser lido. Especificamente, esta escolha é definida na Brasileira por um projeto de formação da nacionalidade. Nesse projeto, a obra de Bomfim mereceu um tratamento singular. Por que ela pressupõe um leitor “erudito”, sendo necessária tal coletânea? O que diferencia Bomfim de outros autores igualmente complexos lançados pela Coleção, mas que tiveram suas obras publicadas integralmente?

A pretensão de popularizar o acesso a determinados livros, buscando uma clientela para além dos eruditos e especialistas, exige que os editores lancem mão de instrumentos que permitam criar alternativas capazes de facilitar a leitura, pois se considera que o público “novo” opera uma leitura nitidamente diferente daquela realizada por leitores habituados. A análise desses processos permite verificar não só o aumento da distância já patente entre a “produção do texto” e a “produção do livro”, como também fornece indícios daquilo que os editores pensam ser a leitura de determinada obra ou como eles compreendem as capacidades de leitura de seu público.

As intervenções na apresentação do texto, na organização tipográfica e na diagramação, estabelecendo capítulos e aumentando o número de parágrafos, dispondo o texto de determinada maneira, podem ser consideradas práticas recorrentes nos trabalhos editoriais e são até toleradas pelos autores. Se o objetivo é facilitar a leitura, então os editores abusam desta estratégia, pois torna mais leve o texto sobre cada página. Segundo Chartier, embora os procedimentos da produção do livro não façam parte da escrita, mas da impressão e, portanto, não são decididos pelo autor, eles podem sugerir leituras diferenciadas de um mesmo texto. Assim, transformações gráficas aparentemente limitadas podem causar efeitos sobre as próprias significações atribuídas às obras (Chartier, 1996).

O livro de Manuel Bomfim editado pela Coleção Brasileira, sofreu a radicalização destas intervenções. Tentou-se imprimir três livros no suporte de um. O resultado desse empenho não foi só uma alteração tipográfica ou diagramática – o aumento no tamanho da letra, a ampliação do número de parágrafos ou a inserção de traços para

separá-los – mas a supressão, amputação e adulteração das idéias originais. Poder-se-ia argumentar que o livro é uma coletânea, e como tal, está sujeito aos diferenciados critérios de recortes e supressões. Mas esse rótulo não está devidamente explícito no livro. A autoria, os créditos e a responsabilidade pela obra são atribuídos não ao organizador Maul, mas ao próprio Bomfim, que na verdade já havia falecido quando a obra foi publicada. Isso faz o leitor acreditar estar diante de uma obra póstuma, um volume escrito e aprovado por ele antes de sua morte.

No conjunto de trechos escolhidos para integrar **O Brasil**, as obras originais não são citadas. Em um trabalho de comparação inicial dos três livros com a coletânea, a partir dos índices de cada obra, podemos perceber que elas são apropriadas na cronologia das publicações. O primeiro bloco de capítulos de **O Brasil**, de “*O português, o índio e o negro*” (pág. 9) até “*A luta contra os holandeses*” (pág. 30), foi retirado do conteúdo de **O Brasil na América**, de 1929. A seqüência seguinte, de “*Como e porque se deturpa a história*” (pág. 36) até “*Os beneficiados da independência*” (pág. 171) veio de **O Brasil na História**, de 1930. Por fim, a última seleção, do capítulo “*Ataque à soberania nacional*” (pág. 178) até “*Raça*” (págs. 338-49) foi extraída de **O Brasil Nação**, de 1931.

Os problemas da coletânea de Maul, as maiores deturpações da obra de Bomfim, começam já nos seus capítulos iniciais e puderam ser observadas através da leitura simultânea das obras originais e desta organizada por Maul. Dos capítulos recolhidos de **O Brasil na América**, “*O português, o índio e o negro*” ; “*Os franceses*” ; “*Os brasileiros*” ; “*Os franceses no Maranhão*” ; “*Albuquerque Maranhão*” ; “*Defesa contra os ingleses*” ; “*Progressos do Brasil no século XVI*” e “*A luta contra os holandeses*”, apenas quatro constam no livro original de Bomfim. Os outros foram selecionados de capítulos e tópicos diversos, recortados, alterados e batizados por Maul. Para essa apresentação, selecionei somente algumas passagens que demonstram as modificações realizadas para a composição da coletânea.

O conteúdo de “*O português, o índio e o negro*” foi retirado de vários tópicos do capítulo IV de **O Brasil na América**, “*O gentio: sua incorporação no Brasil nascente*”. Foram ignorados os três primeiros capítulos desta obra, aqueles que tratam da história portuguesa, heróica desde o mundo antigo, das diferenças entre portugueses e espanhóis que, apesar de ibéricos, possuem distinções políticas e de caráter, e do valor dos primeiros colonos que chegaram ao Brasil. Sem estas passagens, é impossível para o leitor compreender a fundamentação de uma das teses de Bomfim: a de que o Brasil se consolidou como nação já no século XVII, na luta contra o invasor, antes de qualquer nação americana.

A fundação da nação brasileira não é um acontecimento mítico, alegórico, irreal, como poderíamos concluir se partíssemos unicamente da análise da coletânea. Ela está baseada na idéia de “hereditariedade social”, ou seja, no argumento de que os traços psicológicos de cada povo são transmitidos a outro através do contato e convivência. O sentimento nacional e patriota dos primeiros brasileiros, que impulsionou o incansável combate contra o estrangeiro, não brotou da terra, brasileiro em si. Assim como os portugueses firmaram sua formação como “a mais prodigiosa do Ocidente”, através da luta contra os invasores e, precocemente, apareceram como a primeira nação completa da Europa, o Brasil conseguiu afirmar sua existência enquanto nação já no século XVII, também na luta contra a invasão estrangeira, pois herdou os estímulos e as energias de Portugal, graças à “excelente colonização”. Foram os portugueses quem instituíram os valores de defesa, que deram o exemplo do que é ser patriota e nacional. Os primeiros colonos foram os verdadeiros criadores da Pátria brasileira e os responsáveis pela extensão de seus valores nacionais ao gentio, segundo Bomfim.

Ao ignorar os três primeiros capítulos de **O Brasil na América**, a coletânea ignora também parte da origem brasileira e o valor fundamental da nação colonizadora no estabelecimento da tradição brasileira e na primeira história da América do Sul. Mesmo os paulistas, que venceram os espanhóis nos conflitos do Prata, bandeirantes, considerados por Oliveira Vianna os verdadeiros representantes do caboclo brasileiro, são por Bomfim considerados herdeiros diretos da “pertinácia”, “resistência ativa”, “grandeza de ânimo”, “coragem” e “inflexibilidade” que marcaram os portugueses

nas aventuras além-mar. É claro que o Brasil que se formou não é apenas um “Portugal emigrado”. O indígena foi fator essencial na construção do Brasil. Foram aproveitados, assimilados pelos colonos e pela “política habilidosa da metrópole”. Foi o que diferenciou a colônia brasileira e garantiu o seu sucesso.

Suprimidas algumas expressões, frases e parágrafos inteiros na coletânea, a idéia geral do texto original fica empobrecida, quando não comprometida. Onde, na obra original, lê-se:

*“O português foi o criador da colonização moderna; mas, à parte os pequenos transplantes de gente, nas ilhas, a sua colonização não medrou em parte alguma; dela não surgiram outras nacionalidades. Na África, só tiveram viveiros de escravos; na Índia, entrepostos, que logo perderam de importância. É um fato a meditar: se, de tantos estabelecimentos coloniais portugueses, só o Brasil tornou um povo, com capacidade de nação, é que houve, aqui, qualquer coisa, em vida, além do português, e que foi essencial para o êxito da empresa. Só pode ter sido o outro elemento humano, esse gentio, não desmoralizado como o mísero africano transplantado, esse gentio, que fornecendo o trabalho, dando a experiência da terra, nem por isso se desobrigava de ser autônomo e forte”* (p. 108),

na coletânea de Maul tem-se:

*“... ao contrário do que sucedeu na Ásia e na África, aqui o índio contribuiu fundamentalmente com o seu sentimento de autonomia e fortaleza para a afirmação dessas qualidades nacionais”* (p. 9).

Este exemplo, logo no início da coletânea, demonstra bem como as idéias de Bomfim foram simplificadas e dá o tom daquilo que prevalecerá durante toda a seleção do conteúdo de **O Brasil na América** feita por Maul.

O organizador transforma em um parágrafo de cinco linhas as cinco páginas do livro original dedicadas à língua falada no Brasil. A influência da língua geral do gentio no português oficial e as passagens curiosas que indicam a construção de uma língua tipicamente brasileira, são diluídas em um parágrafo que sequer existe na obra de Bomfim, é um “resumo” feito por Maul. Após esta perda para o leitor da coletânea, Maul passa a resumir “*A larga mistura do índio com o colono*”, terceiro tópico do capítulo IV, saltando frases e parágrafos do livro original para compor o seu texto.

Sobre a relação índios / jesuítas / Estado português, baseando-se em Southey, Bomfim escreve:

*“Southey, cujo critério é sempre o do bem, e a cuja perspicácia nada escapa se pode, realmente, ter importância nos destinos do Brasil, deu-nos uma história que é o nascimento mesmo e a formação desta pátria. Ora, as suas páginas são expressivas no mostrar que o gentio era numerosíssimo; que, sem ele, Portugal não teria feito prevalecer a colônia; e que, se não fosse o jesuíta, os colonos teriam, muitas vezes, iludido as disposições prudentes e humanas do governo da metrópole para com o gentio. É inegável, então: quando esse historiador nos diz que, ‘no Amazonas, predomina o sangue indígena mais que em qualquer outra parte...’ ele admite que, no resto da colônia, tal sangue também predominava, se bem que numa proporção menor. A mesma convicção do número e a importância do gentio, nota-se quando, quase ao fechar o trabalho, Southey afirma o seu pensar nos votos que faz para que as tribos que ainda existem venham fundir-se na massa da população”* (p. 117).

No livro organizado por Maul temos:

*“O historiador inglês Robert de Southey que estudou profundamente a história da formação brasileira sustenta que o sangue indígena predominava no Amazonas e em outros pontos do nosso território, e assegura que se não fosse a tenacidade dos jesuítas protegendo os índios não teria sido possível aos europeus manterem as suas colônias no começo do século XVII”* (p. 11).

Aqui, Maul não só “enxuga” o pensamento de Bomfim, como altera o sentido geral da idéia original. Para Maul, Portugal deve suas colônias ao trabalho dos jesuítas, que protegeram os indígenas e garantiram a posse da terra no começo do século XVII (data não explícita em Bomfim). Para Bomfim, Portugal deve suas colônias ao número considerável de indígenas que assimilaram a colonização. A intenção de Bomfim é enfatizar o caráter pouco refratário da população indígena, oferecendo à ela a responsabilidade pela manutenção da colonização. Se a metrópole optou por adotar uma política de proteção aos indígenas, através dos jesuítas, foi porque a maioria deles se mostrou cordial e avessa às hostilidades. Em passagem negligenciada pela coletânea, Bomfim cita Nóbrega para confirmar essa idéia e vai além: confere valor aos indígenas por terem sido capazes de perceber a “superioridade” e a “perfeição” da vida civilizada:

*“Nóbrega, o apóstolo de todo esse gentio – de Pernambuco a Cananéia, a par do valor já patente na gente indígena, destaca, sobretudo, a sua aptidão a subir e melhorar: ‘São como o papel branco para se escrever as virtudes mais necessárias...’. De fato, o grande valor do índio, ânimo primitivo e plástico, está em moldar-se a todas as formas superiores de vida, adquirindo preparo e perfeição, contanto que não o aniquilem na escravidão ostensiva”* (p. 140-141).

Sob este prisma, qual seria a influência dos jesuítas na colônia? A organização de Maul ignora os tópicos do capítulo IV de **O Brasil na América** que esclarecem o verdadeiro papel dos jesuítas no contexto da colonização. Segundo Bomfim, em primeiro lugar, os jesuítas concorreram para a proliferação do preconceito de que o gentio teria sido desumanamente exterminado pelos colonos. A voz de eloquência com que os jesuítas pregavam estas acusações, baseados em valores tais como o bem e a justiça, indiscutivelmente mais prestigiosos que aqueles que os colonos carregavam, obscureceram a realidade dos fatos, segundo Bomfim. Para ele, o motivo principal da luta dos jesuítas com os colonos, foi que, enquanto estes últimos queriam os indígenas para o trabalho, os jesuítas os reclamavam - ou melhor, reclamavam suas almas - para a “seara de Deus”. Mas por considerar que nessas “criaturas simples” a alma não se separa muito do corpo, os jesuítas, além do “governo das almas”, reivindicavam também o “governo material” dos indígenas. E assim se multiplicaram as infâmias e calúnias contra os colonos. Bomfim propõe o exame do “miúdo dos fatos” para comprovar que a ação dos colonos não significou sacrifícios do gentio. Em segundo lugar, os jesuítas tentaram separar os indígenas da massa da população, esforçando-se por manter uma autonomia de ação em relação à metrópole. Todas as oposições por parte das autoridades civis e dos colonos do Brasil ao trabalho dos missionários explicam-se, portanto, pela necessidade de defender a unidade nacional e de conservar a homogeneidade da população.

A afirmação de que foram os portugueses que legaram ao Brasil que se constituía os valores de defesa, patriotismo e nacionalismo; o elogio da vida civilizada, considerando-a superior; a negação veemente do extermínio dos indígenas pelos colonos; e a crítica à ação jesuítica para com os nativos, por ter sido autônoma em relação à Portugal, sugerem claramente um Bomfim afeito à colonização portuguesa. Curiosamente, todas estas passagens foram suprimidas da coletânea.

O critério utilizado para selecionar o conteúdo dos outros dois livros da trilogia, **O Brasil na História** e **O Brasil Nação**, foi nitidamente diferente daquele utilizado na primeira parte. Aqui, os capítulos de **O Brasil** foram extraídos integralmente dos tópicos de cada capítulo das obras originais e, embora vários tópicos importantes tenham sido suprimidos, estas duas obras foram menos retalhadas que a primeira. Maul não alterou as palavras de Bomfim e manteve a divisão dos tópicos segundo o estabelecido na edição original, aprovada pelo próprio autor. No entanto, o organizador não conseguiu evitar que o segundo bloco de capítulos de **O Brasil** (de “*Como e porque se deturpa a história*” até “*Os beneficiados da independência*”), extraído do conteúdo de **O Brasil na História**, cortasse bruscamente a idéia que vinha sendo desenvolvida anteriormente. Nesta parte, Bomfim denuncia a deturpação que as grandes nações civilizadas, européias, fazem da história. Ele faz uma crítica contundente à historiografia brasileira tradicional que reproduz essa história européia, sobretudo francesa e inglesa, e coloca a Europa no núcleo da história universal, deturpando, assim, a história nacional. Na passagem do segundo para o terceiro bloco de capítulos (este último extraído de **O Brasil Nação**), a ruptura é menos sentida, pois permanece o tema do processo de independência do Brasil.

Proporcionalmente, **O Brasil Nação** foi a obra que mais conteúdo emprestou à coletânea organizada por Maul. É nesta obra, de 1931, que Manoel Bomfim se detém sobre a evolução e os problemas da república brasileira. O objetivo primeiro da coletânea foi sintetizar a obra de Bomfim numa ordem que abarcasse a Colônia, o Império e a República até 1930, numa seqüência cronológica da história do Brasil, mas não foi este o resultado de **O Brasil**. Embora **O Brasil Nação** traga um capítulo inteiro dedicado ao Brasil republicano e também um Posfácio, onde Bomfim

analisa a política do fim da década de 20 e início de 30 e critica a direita conservadora, a inoperância do Estado republicano, as ditaduras fascistas e a Revolução de 30, Maul ignora essas passagens.

Estas omissões custaram caras a Maul. Sua coletânea é desmerecida principalmente por deixar de lado as apreciações de Bomfim com respeito aos acontecimentos recém vividos, no “calor da hora”. Maul é acusado por Ventura & Sussekind de impor “*uma montagem retalhada de um Bomfim excessivamente nacionalista e patriota. Um Bomfim aparado de possíveis arestas, capazes de emaranhar uma perspectiva estritamente nacionalista*” (Ventura & Sussekind, 1984:51).

Mas na realidade, acreditamos que todas as omissões ao longo da coletânea não são “arestas” suficientes para deter o nacionalismo explosivo de Manoel Bomfim. Suas teses partem sim de uma “perspectiva estritamente nacionalista”, mas um nacionalismo “puro”, ou seja, desvinculado das ideologias de qualquer grupo político específico. Um nacionalismo que não hostiliza a colonização em si, nem o Portugal que conquistou nossas terras. Maul, a partir de sua seleção criteriosa, pode ter nos apresentado aqueles aspectos do nacionalismo de Bomfim que mais se identificavam com o que os movimentos de extrema direita da época queriam ouvir, já que o próprio Maul era membro do Partido Nacional Fascista. Esta escolha pode ter deturpado a natureza do pensamento de Bomfim, o que não significa dizer que a obra original de Bomfim é menos nacionalista que o apresentado pela coletânea.

Nesse sentido, seria interessante saber o tipo de relação que os editores da *Brasiliana* mantinham com Carlos Maul. Teria sido esta uma coletânea encomendada pela Coleção? Maul, que era grande admirador e figura próxima a Bomfim, teria sugerido a idéia aos editores? Mesmo na ausência de documentos que esclareçam esta transação, podemos levantar algumas hipóteses sobre o porquê da coletânea.

Segundo Dutra, “*as obras e autores da Brasiliana integram a Coleção pela sua capacidade de testemunho ou promessa para o Brasil. O reverso dessa atração pelo futuro, e pela novidade, é a valorização do passado conquanto um refúgio identitário, daí o lugar proeminente da história do Brasil nas páginas da Brasiliana*” (Dutra, 2001 – Manuscrito) Este esforço para “revelar”, através da história, a identidade e a nacionalidade brasileira a um público específico, implicou na elaboração de um projeto editorial que, por pretender “servir à nação, servindo à organização e orientação do público brasileiro”, proporcionou uma renovação no quadro cultural brasileiro. Seus autores articulavam uma rede institucional de atuação intelectual, abarcando desde as academias de letras, passando pelas faculdades de direito, institutos históricos e geográficos. Não foi por acaso que este empreendimento recebeu o apoio e subsídios do governo federal.

Nesse sentido, a “nacionalidade” imbricada na seleção das obras que comporiam a Coleção, deveria sugerir ações específicas ao público à qual se destinava. A inexistência de um destinatário implicado na obra de Bomfim, além de justificar o seu pouco reconhecimento (Reis, 2002 – Manuscrito), pode ter fornecido subsídios para que os editores da Coleção *Brasiliana* dessem um tratamento diferenciado aos seus livros. Por ser considerada uma obra de valor educativo, por conter, segundo Maul, “*informações preciosas*” sobre o Brasil, não poderia estar fora da Coleção. No entanto, por não deixar claro o público ao qual se dirigia, ao qual propunha as ações de resgate da tradição brasileira, foi alterada de maneira a pelo menos sugerir um destinatário e é possível que a organização de Maul tenha levado à identificação de Bomfim com autores fascistas, que dirigiam seu discurso à extrema direita brasileira.

Ao tentar levantar estas questões, pretendemos refletir sobre a legitimidade de uma crítica historiográfica da obra de Bomfim a partir desta coletânea. Se uma análise historiográfica profunda deve apreender a obra em sua organização interna estrutural, examinando a sua linguagem, o seu método, as suas técnicas, as suas referências historiográficas, a sua teoria da história e as suas teses sobre a realidade brasileira, é possível fazê-la tendo como objeto uma obra cuja estruturação interna não foi sequer avaliada por Bomfim? cuja linguagem, em boa parte do livro, pertence a Maul? cujo método e técnica confundem elementos de três obras diferentes? onde várias referências

historiográficas foram suprimidas? onde a teoria sobre a história e as teses sobre a realidade brasileira são parcialmente apresentadas? É possível inferir a “idéia de Brasil” expressa em Bomfim sem o retorno às obras originais? No Prefácio de **O Brasil na América**, escrito em julho de 1925, o próprio Bomfim parece indicar, de antemão, a impossibilidade de dar um único tratamento à trilogia. Ele afirma que, embora o pensamento geral que perpassa a série seja o da “*apreciação das condições feitas à nação brasileira*”, cada obra se desenvolve distintamente: “*são coisas que se completam como objeto, mas têm unidade própria e intuítos especiais*” (p. 30).

Se se postula a necessária historicização da experiência que os leitores têm das obras, negar a dependência que o “efeito produzido” tem das formas materiais que suportam o texto é, contraditoriamente, negar o próprio espaço em que se constrói o sentido (Chartier, 1991). No caso específico da coletânea, onde a produção do livro deu um sentido outro àquele manifestado pelo autor em suas obras originais – embora em nenhum caso seja possível apreender um Bomfim em si, puro e idêntico a si – desenvolver uma crítica historiográfica da obra de Bomfim a partir do volume organizado por Maul, sem o necessário reconhecimento da história do próprio livro, é trabalhar com um material filtrado, incompleto, secundário, deturpado e, portanto, não adequado. No entanto, se o objetivo é investigar a construção do sentido do texto pelo leitor, através dos processos históricos que o determinaram e as formas de recepção, esta coletânea é um “prato cheio” para a análise do quadro cultural das idéias e dos projetos políticos do Brasil nos anos 30. A “idéia de Brasil” apresentada por Maul como sendo de Bomfim é **uma** leitura possível da obra de Bomfim, não necessariamente plausível do ponto de vista estrito da história das idéias, mas extremamente rico para a história social dos usos e interpretações de bens simbólicos.

## FONTES

BOMFIM, Manoel. **O Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V. Coleção Brasileira, Vol. XLVII.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na América**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na História**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Nação**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: ANPOCS, Topbooks, 2000.

\_\_\_\_\_. “Um livro admirável”. In: *Bomfim, Manoel. O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHARTIER, R. *História Cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. (org.). *Práticas da Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996*.

\_\_\_\_\_. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados* 11(5), 1991.

DUTRA, Eliana R. F. *Coleção Brasileira: escritos e leituras da Nação (1931-1941)*. MANUSCRITO. UFMG, 2001.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, nº 35, 1998.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989. pp. 359-409.

REIS, J. C. *Coleção Brasileira: 4 Reconstruções Históricas da ‘Civilização Brasileira’*. MANUSCRITO. UFMG, 2001.

SÁ, Corrêa. *A Brasileira*. Cultura Política, 1941.

TOLEDO, M. R. A. *A proposta de formação do leitor da Biblioteca Pedagógica Brasileira*. MANUSCRITO. PUC-SP.

VENTURA, R. & SUSSEKIND, F. História e dependência – cultura e modernidade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.